

a controvérsia estruturalista-monetarista e a interpretação de ignácio rangel em a inflação brasileira*

the structuralist-monetarist controversy and the interpretation of ignácio rangel in a inflação brasileira

Hugo Carcanholo Iasco Pereira**

Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

André Roncaglia de Carvalho***

Departamento de Economia, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, São Paulo, Brasil

RESUMO

A inflação das economias latino-americanas da década de 1950 fora explicada pelas vertentes teóricas monetarista e estruturalista. Uma explicação alternativa é a de Ignácio Rangel no livro *A inflação brasileira* de 1962. O pensamento rangeliano, no entanto, não é largamente difundido na historiografia do pensamento econômico brasileiro. O objetivo deste artigo é resgatar a interpretação rangeliana sobre a inflação brasileira diante das contribuições estruturalistas e monetaristas. Os resultados do artigo sugerem que a teoria desenvolvida por Rangel se apresenta como algo inédito na academia brasileira, com particularidades na geração e na propagação inflacionária que a distinguem em relação às abordagens estruturalista e monetarista.

Palavras-chave: Inflação. Monetarismo. Estruturalismo. Ignácio Rangel.

ABSTRACT

The inflationary experience of Latin American economies of 50's has been explained by two theoretical lines, the monetarists and the structuralists. An alternative explanation is the delivered by Ignácio Rangel in *A inflação brasileira* published in 1962. However, the Rangelian theory is not widely known even in the Brazilian thought history. This paper aims to discuss the Rangel's contribution, comparing it with structuralist and monetarist views. The conclusions suggest that the Rangelian theory is original when compared to either views and its novelty is associated with new explanation on the speeding up and propagation of inflation.

Keywords: Inflation. Monetarism. Structuralism. Ignácio Rangel.

* O autor Hugo Carcanholo Iasco Pereira agradece ao CNPq.

Submetido: 2 de agosto de 2018; aceito: 24 de agosto de 2019.

** Doutorando em Economia Aplicada pelo Centro de Desenvolvimento Regional e Planejamento (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e bolsista do CNPq. *E-mail:* hclpereira@cedeplar.ufmg.br

*** Professor adjunto do Departamento de Economia da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). *E-mail:* andreroncaglia@gmail.com

Introdução

Ignácio Rangel foi um importante intérprete da sociedade brasileira¹. Tamanha e abrangente interpretação não permite caracterizá-lo como um pensador dentro de uma disciplina específica. Rangel se dedicou a estudar diversos aspectos do capitalismo, ao longo de sua extensa vida acadêmica, sempre dentro de uma lógica materialista histórico-dialética voltada às especificidades históricas do Brasil.

As contribuições de Rangel permeiam vários campos teóricos. Rangel desenvolveu teorias para entender a dinâmica histórica do capitalismo brasileiro, as questões agrárias, as especificidades da inflação brasileira, os ciclos econômicos, dentre outras contribuições. Do ponto de vista da história do pensamento, as influências intelectuais sob o pensamento de Ignácio Rangel são amplas. Com influências no campo da filosofia com Hegel e Kant, Rangel utiliza categorias teóricas de Adam Smith, Karl Marx, Vladimir Lenin, John Maynard Keynes e Joseph Schumpeter (Jabour, 2017).

Uma das contribuições de Rangel foi para o campo das ciências econômicas, especificamente ao desenvolver uma teoria da inflação a partir de uma visão dialética sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil. No livro *A inflação brasileira* de 1962, o autor apresenta uma teoria nova à época para explicar a dinâmica histórica da economia brasileira, mostrando o papel estratégico desempenhado pela inflação. O contexto paradigmático em que a publicação dessa obra se inseria caracterizava-se pelo embate entre estruturalistas e monetaristas. A obra de Rangel deve ser vista como uma importante e original contribuição de pensadores da América Latina sobre a região.

¹ Ignácio Rangel não possuía uma formação acadêmica convencional. Filho de juiz, nascido no interior do Maranhão e autodidata, ele estudou direito em São Luís (então capital do Maranhão). Fez a pós-graduação em planejamento na CEPAL. No setor público, embora preso durante o primeiro governo de Getúlio Vargas por ser membro da Aliança Nacional Libertadora – onde aprofundou seus estudos da teoria marxista e econômica –, ele integrou o quadro de técnicos assessores de Getúlio Vargas (os boêmios cívicos, juntamente com Rômulo de Almeida, Cleantho de Paiva Leite e Jesus Soares Pereira). Foi um dos técnicos responsáveis pela execução do Plano de Meta do governo de Juscelino Kubitschek. Seu último cargo público foi de economista do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE). Tamanho prestígio resultou no convite de João Goulart para ser ministro da Economia, convite que fora negado por Rangel (ver Castro, 2014).

Salienta-se que Rangel não utiliza um quadro analítico com elementos exógenos à dinâmica histórica da economia brasileira. Pelo contrário, a leitura dialética da história brasileira sempre se fez presente em seu pensamento. O fio condutor da obra rangeliana é a tese da dualidade básica (Nogueira, 2017)². A originalidade de Ignácio Rangel é a transformação do marxismo como uma teoria brasileira (Jabbour, 2017). No tocante à obra *A inflação brasileira*, a originalidade de Rangel sobre a inflação é resultado da tentativa de compreender a associação dos parâmetros monetários e reais de uma economia com acúmulo de capacidade ociosa (Bielschowsky, 1988).

Por outro lado, a publicação de *A inflação brasileira* não teve grande repercussão nos debates sobre estabilização, caindo em relativo ostracismo, a despeito de – ou talvez exatamente por – apontar um aspecto ignorado pelos dois lados da controvérsia. A importância e a capacidade explicativa podem ser identificadas quando Bresser-Pereira e Nakano (1984) utilizam a teoria rangeliana para construir a teoria da inflação inercial com os conceitos de inflação administrada, *markup* contra cíclico e moeda endógena.

O objetivo deste artigo é discutir as ideias de Ignácio Rangel acerca da inflação brasileira, introduzindo-as na controvérsia entre monetaristas e estruturalistas³. Ademais, tentou-se compará-las, estabelecendo pontos de convergência e divergência utilizando os fechamentos estruturalista e monetarista do modelo de Lopes (1979). O artigo contribui originalmente à literatura ao analisar a interpretação rangeliana diante da controvérsia entre monetaristas e estruturalistas à luz do fechamento de Lopes (1979). Conclui-se que ambas as conclusões podem ser alcançadas a

² Reconhece-se a importância da tese rangeliana da dualidade brasileira para entender o pensamento de Ignácio Rangel apropriadamente. Contudo, tamanha complexidade não permite discuti-la neste trabalho, uma vez que, embora importante, fugiria do escopo deste. Então, desse modo, recomendam-se as referências de Nogueira (2017), Castro, Bielschowsky e Benjamin (2014) e Malta (2014) para entender a tese da dualidade brasileira.

³ Cabe reforçar que, dada a grande extensão e variedade temática da obra de Ignácio Rangel, o objetivo deste artigo está estritamente relacionado com a teoria da inflação de Rangel desenvolvida e publicada no livro *A inflação brasileira*. Recomendam-se os seguintes textos sobre outros aspectos da obra de Ignácio Rangel além do escopo deste artigo: Pedrão (2001), Bresser-Pereira (2014), Castro, Bielschowsky e Benjamin (2014), Malta (2014) e o capítulo 1 de Nogueira (2017).

partir do modelo de Lopes (1979), considerando um fechamento teórico específico a cada vertente. Por outro lado, mostra-se que as particularidades do pensamento de Ignácio Rangel não permitem associar a interpretação rangeliana com o fechamento estruturalista ou monetarista. Este texto contribui originalmente ao mostrar econometricamente que o grau de ociosidade da economia brasileira está relacionado com maiores taxas de inflação e, logo, que a interpretação rangeliana segue viva de alguma maneira para explicar a dinâmica da economia brasileira.

Além desta introdução, o texto possui quatro seções. Na primeira, apresentaram-se a controvérsia entre monetaristas e estruturalistas e as respectivas construções teóricas. Na segunda seção, discutiram-se as críticas de Ignácio Rangel às duas vertentes. A terceira seção foi dedicada à apresentação das ideias de Rangel acerca da inflação brasileira. A quarta seção realiza um exercício econométrico para a economia brasileira testando a relação entre grau de ociosidade e inflação. A quinta e última seção conclui o texto com um esforço de discussão das especificidades da teoria da inflação rangeliana em relação às teorias estruturalista e monetarista.

1. A controvérsia entre monetaristas e estruturalistas

Esta seção descreve o debate acerca da teoria da inflação e a política de estabilização de preços da América Latina da década de 1950. Esse debate é denominado pela literatura como a “controvérsia estruturalista-monetarista” sobre a inflação e a estabilização de preços (ver Baer; Kerstenetzky, 1964; Boianovsky, 2012; Bianchi, 2016; Carvalho, 2018). O debate ocorreu ao longo da década de 1950, atingindo seu momento crucial em meados de 1955, quando começou o experimento monetarista chileno sob a assessoria econômica da missão Klein-Saks (Félix, 1963). A ineficácia da proposta de estabilização monetarista e as insatisfatórias taxas de crescimento da economia chilena desse período foram duramente criticadas pelo estruturalismo latino-americano (Grunwald, 1963). A publicação do livro *A inflação brasileira* em 1962 se dá nesse contexto (Mitidieri, 2014).

De modo geral, a controvérsia monetarista-estruturalista pode ser definida como uma oposição entre “livre mercado e planejamento” como

os melhores mecanismos de promoção do desenvolvimento econômico. A controvérsia ganhou impulso devido à oposição teórica e política aos programas anti-inflacionários e de livre-comércio na América Latina, os quais foram patrocinados pelas instituições de Bretton Woods, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco para o Desenvolvimento Internacional (BID), mais tarde renomeado como Banco Mundial (Hirschman 1962, p. 82). A oposição ativa a essas políticas deu origem à linhagem latino-americana emergente do pensamento econômico, denominada estruturalista e patrocinada pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

Esse debate tem como contexto o esforço de industrialização liderado pelo Estado nos países da região. Iniciado no período do pós-guerra, esse processo teve como principais características uma inflação persistentemente alta, persistentes *deficit* do balanço de pagamentos, *deficit* públicos estruturais seculares e uma concentração de riqueza difícil de conter⁴. A inflação tornou-se um aspecto dominante da história econômica da região, um fenômeno profundamente inserido em seu tecido social e em seu perfil institucional. A inflação tornou-se o inimigo número um e desencadeou a inovadora série de avanços analíticos que vieram a sustentar os planos de estabilização bem-sucedidos no início da década de 1990 (Bastos, 2002).

Cabe notar que não existe um modelo consensual que descreve o comportamento da inflação tanto para os estruturalistas como para os monetaristas. Existem, no entanto, pensadores que contribuíram para o debate em ambas as perspectivas. Seguindo Boianovsky (2012), considerar-se-á o pensamento de Juan Noyola, Osvaldo Sunkel e Celso Furtado como os representantes da corrente estruturalista⁵, ao passo que

⁴ Ver Simonsen (1995) para uma breve visão histórica da inflação crônica no Brasil.

⁵ Craven (1994) traçou a evolução histórica da percepção estruturalista latino-americana sobre a inflação na década de 1950. Craven (1994) identificou quatro períodos. Primeiro, 1948-1953, nesse primeiro instante a inflação não foi o foco central dos estruturalistas. A principal questão nessa temática esteve relacionada à utilização do mecanismo inflacionário para a promoção da poupança forçada no sentido de reduzir o consumo de algumas classes em detrimento do aumento da poupança nacional e do investimento. A principal explicação cepalina para a inflação latino-americana residia na restrição externa à Prebisch (1949). Nessa etapa a inflação era entendida como um fenômeno monetário (Craven, 1994). Segundo, 1954, a inflação já não é tratada simplesmente como um fenômeno monetário. Enfatiza-se a inflação como

a visão monetarista pode ser ilustrativamente representada por Roberto Campos (Boianovsky, 2012).

1.1 A interpretação monetarista

O termo “monetarista” foi criado para denotar as políticas anti-inflacionárias baseadas na contração de moeda e de crédito, nos cortes nas despesas públicas, no congelamento parcial dos salários, na desvalorização e revogação de vários tipos de subsídios e de controles diretos. O termo foi utilizado pela primeira vez por Roberto Campos – um dos principais economistas monetaristas, ao lado de Eugenio Gudín (Boianovsky, 2012). A inflação na acepção monetarista da década de 1950 seria uma resposta do sistema econômico à tentativa de a autoridade monetária aumentar o investimento através da expansão do crédito bancário ou do financiamento dos gastos públicos por parte da autoridade monetária (Bernstein; Patel, 1952).

Os monetaristas consideravam que a inflação era sempre e em qualquer lugar um fenômeno monetário (Friedman, 1963; Gudín, 1962) e que, portanto, só poderia promover temporariamente o desenvolvimento (como era chamado, à época, o crescimento econômico). A prosperidade duradoura era incompatível com a inflação, a qual deveria ser controlada a todos os momentos, antes que o sistema econômico se degenerasse sob a pressão de tensões sociais e econômicas insuportáveis.

A inflação criaria uma série de distorções no sistema econômico. Campos (1965) sugere que o processo inflacionário desincentivou a entrada de capital estrangeiro para financiar as atividades governamentais e promover o desenvolvimento econômico. Em um contexto de câmbio fixo, a inflação aumentaria as importações e diminuiria as exportações, gerando desequilíbrios no balanço de pagamentos. Por outro lado, a deterioração do investimento estaria relacionada com a combinação de inflação

um resultado do conflito social. Terceiro, 1957, surge uma abordagem estruturalista para a economia chilena, um esquema analítico com base em dois novos conceitos introduzidos por Noyola (1956) – as pressões inflacionárias e os mecanismos de propagação. A inflação deixou de ser pensada como um fenômeno monetário, passando a ter explicações no plano dos problemas reais das economias. Quarto, 1958, a abordagem estruturalista tem os trabalhos de Noyola (1956) e Sunkel (1958) como dogmas para pensar a inflação das economias latino-americanas (Craven, 1994).

e controle de preços, que seria o elemento responsável pela transferência da poupança privada para os investimentos especulativos. Na medida em que a produtividade estivesse relacionada com a acumulação de capital, a inflação reduziria a taxa de crescimento de longo prazo. Para os monetaristas, a inelasticidade da oferta agregada em relação à demanda não estaria relacionada à esfera real, como acreditavam os estruturalistas, ela seria gerada pela inflação por meio da distorção dos investimentos (Baer, 1967).

A inflação para os monetaristas não seria endógena ao processo histórico de desenvolvimento da América Latina. A inflação provocaria os desequilíbrios no balanço de pagamentos, as baixas taxas de crescimento econômico no longo prazo e explicaria as inelasticidades da estrutura econômica por meio das distorções dos investimentos.

O único método efetivo para controlar a inflação, de acordo com os monetaristas, seria a contenção do excesso de demanda, através de uma combinação prudente de políticas monetárias e fiscais, complementada pela assistência financeira internacional. Como resposta às reivindicações estruturalistas, a maioria das supostas deficiências e dos supostos estrangulamentos de oferta não eram considerados autônomos ou estruturais, mas sim, as consequências mesmas das distorções, geradas durante o próprio processo inflacionário, sofridas pelos preços relativos e pelas taxas de câmbio. Em suma, com base na experiência latino-americana, alegava-se que os estrangulamentos foram originalmente induzidos pela inflação (*inflation-induced*), embora em uma fase posterior eles possam se tornar inflacionistas (*inflation-feeding*) (Campos, 1962, p. 69-70).

1.2 A interpretação estruturalista

A escola estruturalista preconizava uma irremediável inflexibilidade do sistema econômico devido à existência generalizada de estrangulamentos e obstáculos que inibiam os ajustes necessários da estrutura produtiva, de sorte a evitar pressões localizadas de demanda. O aparato tecnológico de uma economia subdesenvolvida era uma fonte dessa inelasticidade crônica, suscitando a ação do Estado, uma vez que os mercados sozinhos teriam um poder limitado na promoção de setores estratégicos ao progresso econômico (Little, 1982, p. 20-21). O sistema de preços não era considerado um mecanismo ideal para disciplinar a alocação de recursos.

O poder de mercado das empresas oligopolistas, a inelasticidade na oferta de produtos agrícolas e o problema persistente da demanda efetiva – derivado do perfil altamente concentrado da renda que marcaram economias latino-americanas – estariam por trás da dinâmica da inflação. Mais especificamente, para economistas cepalinos, como Celso Furtado (1954), Juan Noyola (1956), Felipe Pazos (1963) e Osvaldo Sunkel (1958), a inflação das economias latino-americanas era o resultado de uma estrutura econômica deformada e, logo, da própria condição de uma economia subdesenvolvida.

Para a tradição estruturalista, a inflação fora endógena ao processo substitutivo de importações. A industrialização das economias latino-americanas engendrou um processo de urbanização, expandindo a demanda urbana por alimentos. Dada a característica de baixa elasticidade-renda da oferta agrícola, os preços dos alimentos aumentaram, elevando os custos de vida dos trabalhadores urbanos (isto é, redução dos salários reais). Os sindicatos, exigindo aumentos dos salários nominais, aumentariam os custos industriais, que, por sua vez, seriam repassados aos preços finais por conta de as indústrias estarem inseridas em um mercado de concorrência não perfeita.

Nesse sentido, o modelo inflacionário de Sunkel (1958) é um desdobramento analítico das categorias criadas por Noyola (1956). A teoria estruturalista considerou a interação entre “pressões inflacionárias básicas” – resultantes de rigidezes estruturais de oferta – e “mecanismos de propagação” – associados às reivindicações concorrentes sobre a renda nacional, as quais eram acomodadas pela expansão monetária. Noyola argumenta que a intensidade da variação do nível geral de preços estaria relacionada, em um primeiro instante, com a relevância das pressões inflacionárias básicas e, em um segundo momento, com os mecanismos de propagação:

Portanto, para analisar a inflação em diversos países latino-americanos, é preciso identificar em cada um deles as pressões inflacionárias básicas e determinar sua intensidade e, em seguida, observar se existem condições favoráveis ao aparecimento de mecanismos de propagação, descobrir quais são eles e como atuam. (Noyola, 1956, p. 296)

Sunkel (1958), por sua vez, classifica as pressões inflacionárias em três

categorias. Primeiro, as básicas, que correspondem às restrições estruturais do sistema econômico na forma de inelasticidade-renda da oferta de alimentos, restrição externa, insuficiência da taxa de investimentos em capital e problemas estruturais do sistema tributário. Segundo, as circunstanciais, relacionadas aos aumentos abruptos dos preços das importações e dos gastos públicos em função de algum evento inesperado. Terceiro, as cumulativas, que, por definição, dependem da própria inflação, funcionando como um mecanismo de autopropetuação inflacionária.

A intensidade inflacionária estaria relacionada com a relevância das pressões inflacionárias básicas e a capacidade de os agentes defenderem a renda relativa real através dos mecanismos de propagação (Sunkel, 1958). Os mecanismos de propagação inflacionária permitem que as pressões inflacionárias se transformem, de fato, em inflação através do conflito distributivo em torno na manutenção do nível real de renda, sendo corroborada pela expansão passiva da moeda. A intensidade inflacionária depende da capacidade que os grupos sociais possuem de repassar a inflação passada para as suas rendas. Desse modo, a inflação é o resultado da tentativa de os agentes manterem o nível real de renda relativa dada a existência de pressões inflacionárias⁶.

O objetivo de Celso Furtado no capítulo 35 de *Formação econômica do Brasil* foi analisar o processo inflacionário da economia brasileira entre 1949 e 1952, em que estão explícitas as contribuições teóricas de Furtado à vertente estruturalista da inflação. Celso Furtado foi o pri-

⁶ Noyola (1956) aplicou seu modelo estruturalista aos processos inflacionários das economias chilena e mexicana no período entre 1930 e 1956. O autor argumentou que esses dois casos representaram dois extremos uma vez que a inflação chilena foi mais intensa em termos de taxas, mas, entendendo o processo inflacionário como conflito distributivo entre os grupos sociais para a manutenção de sua parcela relativa na renda nacional, a inflação mexicana foi a mais intensa. Já Sunkel (1958) interpretou dois períodos da economia chilena, 1930-1955 e 1956-1957. Segundo sua análise, a inflação chilena da década de 1950 deve ser entendida como um resultado da condição de subdesenvolvimento. O aumento do nível de preços seria endógeno e resultaria das inflexibilidades estruturais (pressões inflacionárias) e do conflito distributivo (mecanismos de propagação) entre os agentes econômicos com vista a manter ou aumentar o nível real e relativo da renda diante das pressões inflacionárias. Por fim, Sunkel propõe estabilizar a economia chilena através do aprofundamento do processo de desenvolvimento econômico, o que exigiria alguma taxa de inflação no curto prazo, mas que no longo prazo seria mitigada pelos efeitos da superação da condição de subdesenvolvimento econômico.

meiro economista a relacionar o processo de mudança estrutural substitutivo de importações através da industrialização com o processo inflacionário, de modo a categorizar a inflação como um fenômeno real (Boianovsky, 2012).

Para Furtado, no referido capítulo, a inflação surgiria em virtude de um excesso de procura monetária diante das rigidezes estruturais na oferta agregada da economia (agricultura, indústria e importações). Furtado indica que a inflação resulta do conflito distributivo entre os agentes econômicos em relação ao produto real, de modo a atuar como o vetor permissor da adequação do sistema econômico em direção ao equilíbrio. Em uma situação hipotética na qual todos os grupos sociais possuem mecanismos capazes de proteger as respectivas rendas reais da inflação, possuir-se-ia uma inflação neutra sem efeitos redistributivos. Furtado, ademais, constatou que a inflação neutra se efetua ao término do período redistributivo, quando os agentes recompõem as suas rendas reais conforme a inflação passada. Destarte, as posições relativas são aproximadamente as mesmas do início do período, sem efeitos redistributivos.

Em suma, na perspectiva estruturalista, a inflação era sustentada pelo excesso de reivindicações concorrentes de grupos sociais sobre a produção agregada da economia, a qual é gerada a partir de uma estrutura produtiva rígida repleta de estrangulamentos e restrições à expansão. Decorre desse entendimento o postulado de que a inflação não seja um fenômeno monetário. Logo, uma política econômica que focasse exclusivamente o combate à inflação por meio de contrações monetárias atacaria apenas o sintoma, deixando intocadas as suas causas originais. Com efeito, a política econômica de estabilização adequada à região requeria enfrentar as deficiências da estrutura produtiva, tornando o controle da inflação mais efetivo e socialmente menos custoso.

2. As críticas rangelianas ao estruturalismo e ao monetarismo

As ideias de Ignácio Rangel no livro *A inflação brasileira* de 1962 são originais, e sem precedentes nas teorias estruturalistas e monetaristas. A ideia de que inflação fosse endógena à dinâmica histórica da economia brasileira aproxima as ideias rangelianas às dos economistas estruturalistas

(Modenesi, 2005). Contudo, rigorosamente, Rangel não pode ser classificado como um estruturalista. Embora, ao longo da década de 1950, Rangel estivesse alinhado à perspectiva estruturalista no tocante à importância da industrialização planejada, ele rompe com essa perspectiva ao se opor ao Plano Trienal, julgando-o como o fim da controvérsia entre monetaristas e estruturalistas (Mitidieri, 2014). A publicação do livro *A inflação brasileira* deve ser vista como objetivo de contestação do Plano Trienal em termos analíticos e como política de estabilização (Mitidieri, 2014).

A mistura de elementos marxistas e keynesianos, quando contrastada com o rigor metodológico pelo qual se faz a integração de elementos de ordem microeconômica à análise histórica da economia brasileira, confere à teoria rangeliana da inflação a universalidade necessária de uma teoria que se autossustenta (Castro; Bielschowsky; Benjamin, 2014). Jabbour (2017) sugere que é a influência das ideias de Vladimir Lenin que forneceu a base analítica para Rangel romper com o pensamento estruturalista.

Ignácio Rangel não nega a correlação entre o estoque de moeda e a taxa de inflação. Na visão do autor, a correlação é evidente e inegável. No entanto, a causalidade entre as variáveis é colocada em dúvida. Rangel não enxerga a causalidade monetarista de que emissões monetárias causaríamos a inflação. A hipótese do autor é justamente o oposto. Argumenta Rangel que uma situação de aumento autônomo do nível de preços (e, portanto, de redução real do produto da economia, segundo a equação básica monetarista para manter a igualdade) levaria as empresas a recorrerem em empréstimos bancários com vistas a estabelecer o capital de giro necessário a suas atividades produtivas. O papel do governo seria passivo. Por pressões políticas de classes, o governo é levado à emissão monetária. Por isso, Rangel chama a teoria monetarista como “ilusão monetarista”. Embora a causalidade entre expansão monetária exista, ela é inversa para Rangel.

Rangel reconhece o avanço estruturalista ao perceber que a inflação não é um fenômeno monetário e que o Estado é passivo em um processo inflacionário. A crítica de Rangel aos estruturalistas é em relação à ideia de que a oferta de produtos do gênero alimentício seja inelástica. Para Rangel, o aumento do nível de preços no nível do consumidor não é repassado para o produtor porque existe uma estrutura de mercado

com características de monopólio-oligopólio no intermediário entre consumidor final e produtor. Daí que não podemos classificar a oferta agrícola como inelástica. A referida situação ocorreria em função de uma anomalia no mecanismo de formação de preços, o que era confundida com a inelasticidade da oferta agrícola. Por isso os argumentos estruturalistas também não se passavam de “ilusões”.

Rangel sustenta que o estruturalismo e o monetarismo se aproximam como explicação no sentido de ambos apontarem a problemática da insuficiência da oferta (em termos setoriais ou globais) como os determinantes da inflação. Quando na verdade o nível de demanda estaria aquém daquele próximo do pleno emprego (Rangel, 1962). Para Rangel o problema da inflação brasileira seria a falta de demanda – capacidade ociosa, e não o excesso de demanda. Tem-se claro que Rangel rompe com as interpretações monetarista e estruturalista para explicar a inflação brasileira.

3. A teoria de Ignácio Rangel sobre a inflação brasileira

Rangel (1962) identificou um processo de desenvolvimento econômico peculiar às especificidades do capitalismo brasileiro. Para o autor, o processo de industrialização deve ser entendido dentro de uma herança agrária ainda colonial. O autor argumenta que existem dois elementos contraditórios nesse processo – unidade dialética sempre presente ao longo da obra de Rangel; uma economia moderna em processo de industrialização com uma latente e expressiva urbanização e uma estrutura agrária arcaica em crise, com transferência de pessoas para as cidades e superprodução agrícola.

A decomposição da estrutura agrária antiga foi um processo que Rangel defendeu estar acontecendo em detrimento do próprio desenvolvimento da economia capitalista no Brasil através do aumento da produtividade da mão de obra agrícola, gerando um excedente de mão de obra (superpopulação agrária) que se transforma em desemprego urbano (exército industrial de reserva), correspondendo também à elevação da oferta agregada agrícola (superprodução agrícola).

O centro da análise de Rangel é a distribuição de renda da economia do ponto de vista marxista, isto é, a divisão do produto entre lucros

(mais-valia) e salários. Disso se tem que a taxa de exploração do sistema econômico é a razão entre lucros ou mais-valia P , e salários V é

$$\text{taxa de exploração} = P/V \quad (1)$$

A dificuldade de pensar dados estatísticos usando o aparato marxista leva-o a exprimir tais ideias usando a teoria keynesiana. A equação (1) equivale à razão entre o investimento I e o consumo C :

$$P/V = I/C \quad (2)$$

Rangel propõe que a propensão marginal a consumir da economia seria uma função inversa da taxa de exploração do sistema econômico:

$$\frac{I}{C} = f\left(\frac{P}{V}\right): \frac{\partial I/C}{\partial P/V} < 0 \quad (3)$$

O que significa que os aumentos da taxa de exploração reduzem a propensão marginal ao consumo. Em última instância, o que está em discussão é que a taxa de exploração do sistema econômico altera o multiplicador do investimento da economia. Quanto maior a exploração, menor o multiplicador e, com efeito, menor o impacto de crescimentos do investimento no crescimento do produto.

Considerando a dinâmica de industrialização/urbanização já mencionada, Rangel argumentava que, à medida que a mão de obra liberada pelas atividades agrárias se transformasse em desemprego urbano (exército industrial de reserva), a massa salarial diminuiria. O que por sua vez aumentaria a taxa de exploração do sistema econômico, reduzindo, por conseguinte, a magnitude da propensão marginal ao consumo. À vista disso, o multiplicador da renda se torna evidentemente menor. O crescimento do produto a uma taxa constante dependeria de investimentos cada vez maiores, já que a concentração de renda comprimiria os salários e o consumo.

A dinâmica do produto real no quadro analítico de Rangel depende acentuadamente de aumentos constantes da taxa de investimento. Como o multiplicador da renda é muito baixo, seus efeitos sob o consumo são decrescentes. Por isso, para Rangel, a economia tenderia ao superinvestimento com tendência à geração de capacidade ociosa. A combinação

de um período de acúmulo de capacidade produtiva e uma ruptura do sistema econômico parece algo catastrófico. Rangel advoga que a aceleração inflacionária é o modo pelo qual o sistema econômico se defende da tendência à recessão para manter a taxa de investimento:

Entretentes, podemos definir o papel estratégico da inflação: é um mecanismo de defesa da economia contra a tendência à redução da taxa de imobilização do sistema, a qual, se efetivada, resultaria na depressão econômica. Noutros termos, aquilo que poderia ser uma depressão econômica toma a forma, incomensuravelmente menos nociva, de uma elevação do índice geral de preços. Segue-se que a inflação nos deve ocupar não pelo que ela intrinsecamente representa, mas pelos problemas subjacentes, incomensuravelmente mais sérios que ela denuncia, como um barômetro da situação, que é. (Rangel, 1962, p. 62)

Rangel analisa a história econômica do Brasil, mostrando como a inflação leva à acumulação de capital. Ele argumentava que a lei da usura, ao instituir que a taxa de juros máxima cobrada fosse no máximo igual a 12% a.a., significava taxas de juros reais negativas em um contexto de aceleração inflacionária (Mitidieri, 2014). Haveria, desse modo, a depressão da preferência pela liquidez. Os agentes, procurando defender a riqueza acumulada na forma monetária, alocariam seus recursos em bens. Em outros termos, os empresários defenderiam a mais-valia acumulada na forma monetária, transformando-a em investimentos – mesmo que improdutivos, expandindo a capacidade ociosa do sistema econômico. Os agentes procuram defender seus rendimentos monetários transformando-os em ativos não líquidos. Esta é uma característica clássica dos processos inflacionários à medida que a moeda perde suas funções básicas.

Para Rangel, a inflação cria uma taxa de imobilização artificial: “a economia, ao invés de se deixar arrastar passivamente à depressão, reage de maneira criadora e ativa, convertendo o impulso para a depressão em movimento ascensional dos preços” (Rangel, 1962, p. 66). Tem-se, então, uma situação de estagflação, combinando recessão e aceleração inflacionária. O que era inconcebível nas teorias monetarista ou estruturalista.

A ligação entre a necessidade de inflação e a expansão efetiva de moeda é a formação de preços da economia. Rangel argumenta que a

junção de uma estrutura monopolista de comercialização da produção agrícola com a inelasticidade-preço da demanda desses bens estabelece as condições para que aquelas empresas monopolistas possam tirar proveito disso aumentando seus preços. Daí que o aumento dos preços agrícolas reduz a renda real dos agentes que, por sua vez, diminuem o consumo dos bens com alta elasticidade-preço de demanda (bens industriais) e, com efeito, as empresas produtoras desses bens aumentam seus estoques. As indústrias pressionam a emissão monetária do Estado via crédito bancário à medida que necessitem de crédito para reestabelecer o capital de giro indispensável às suas atividades.

A expansão monetária, endógena, surge como um elemento sancionador da inflação (emprestando o termo de Bresser-Pereira; Nakano, 1984). Diante da redução real dos salários, os sindicatos pressionariam por reajustes salariais (no caso do salário mínimo, concedido pelo governo e com o “aval” dos capitalistas industriais segundo Rangel). O que obviamente tem o efeito de compatibilizar as demandas de classe em torno do produto real da economia, mas também tem o efeito de incitar a demanda agregada de modo a reduzir os estoques industriais, como aponta Rangel. A seguinte passagem de Bresser-Pereira e Rego resume brevemente a lógica da inflação na teoria de Rangel:

Para Rangel a inflação era endógena ao sistema econômico. De fato, para Rangel a inflação tem origem no bojo da economia. É o resultado de um duplo processo. De um lado, as grandes empresas, a começar por aquelas que controlam a comercialização de produtos agrícolas, organizam-se em forma de oligopsônio-oligopólio, e passam a aumentar seus preços autonomamente, como uma forma de defender seus lucros da insuficiência da demanda. Esse processo começa no setor agrícola, mas estende-se para a grande indústria e para os serviços públicos. Nesse sentido, a inflação surge como um mecanismo de defesa da economia. A inflação é principalmente administrada ou de custos, e não de demanda. (Bresser-Pereira; Rego, 2014, p. 141)

O mecanismo de transmissão da inflação oriunda do sistema econômico (aumento autônomo dos preços) para um fenômeno essencialmente monetário se dá através do sistema bancário via crédito industrial – ação passiva do Estado (Cruz, 1980). Tal elevação autônoma dos preços reduz o poder de compra dos salários. Em última instância, a demanda por bens

de alta elasticidade renda (os industriais) se reduz. As indústrias, diante do acúmulo de estoques, recorrem aos bancos para financiar o capital de giro necessário a suas atividades produtivas. Este é o mecanismo pelo qual a inflação administrada ou autônoma se transforma de fato em expansão monetária.

Rangel inverteu a causalidade da equação fundamental de trocas, a saber: é a inflação que determina a expansão monetária, e não o contrário. Esse mecanismo é institucionalizado pela ação estatal, tornando a moeda endógena. Tal como para os estruturalistas, o Estado tem papel passivo. A necessidade de inflação do sistema econômico conduz ao *deficit* orçamentário do governo e, conseqüentemente, à emissão monetária, efetivando a inflação. O processo inflacionário seria endógeno, orgânico ao sistema econômico brasileiro.

Um dos traços particulares da contribuição de Rangel reside na combinação do materialismo histórico com uma abordagem tipicamente estruturalista, em que as relações econômicas são vistas como uma função da estrutura da economia, a qual está sempre em transformação, em decorrência da dinâmica da concorrência internacional e das coalizões políticas dentre grupos sociais que sustentam os programas econômicos. O segundo aspecto a salientar se encontra em sua defesa explícita de que era o comportamento estratégico dos empresários, na definição dos preços, a força motriz da inflação. Essa alegação contrastava frontalmente com o foco das principais escolas teóricas de economia à época no poder de barganha dos sindicatos em adotar políticas salariais inflacionárias, enquanto os empresários adotariam, nesses modelos, um comportamento passivo de repassar as elevações dos custos do trabalho para os preços, de sorte a manter uma margem real fixa sobre os custos de produção.

A próxima seção testa empiricamente a proposição rangeliana de que acelerações inflacionárias estejam relacionadas com o grau de ociosidade da economia brasileira⁷.

⁷ Esta seção não fora concebida originalmente. Ela fora concebida a partir de um dos excelentes pareceres recebidos na primeira rodada de avaliações do processo de submissão.

4. Estimando a curva de Rangel para a economia brasileira

O objetivo desta seção é testar a relação funcional entre capacidade ociosa e inflação seguindo a formalização da curva de Rangel por Bresser-Pereira e Nakano (1984)⁸. Nesse esquema haveria uma relação negativa entre o grau de utilização da capacidade instalada da indústria e a inflação. Ou, de outro modo, o grau de ociosidade da indústria estaria positivamente associado à inflação. Estimar-se-á a taxa de inflação da economia brasileira em função da utilização da capacidade instalada para o período entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2019, utilizando a metodologia econométrica de séries temporais. A especificação do modelo-base estimado é como se segue:

$$p_t = b_1 uci_t + b_2 p_{t-1} + e_t, \quad (4)$$

onde p e uci representam, respectivamente, a taxa de inflação e o grau de utilização da capacidade instalada, ao passo que e_t é um termo de erro com média zero e variância constante. O subscrito t indica que as variáveis são contemporâneas. Adiciona-se a taxa de inflação defasada em um período com o intuito de captar a inércia inflacionária e reduzir a possível correlação do termo de erro ao longo do tempo. O resultado esperado, seguindo a teoria rangeliana, é de que aumentos/reduções do grau de utilização da capacidade instalada (reduções/aumentos do grau de ociosidade) estejam negativamente/positivamente associados à taxa de inflação. Isto é, espera-se que o parâmetro b_1 seja negativo.

Ambas as variáveis são mensais e cobrem o período entre fevereiro de 2004 e fevereiro de 2019. O grau de utilização da capacidade instalada é calculado pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI). A taxa de inflação é representada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹. A variável grau de utilização da capacidade instalada é

⁸ Ver Moreno e Modenesi (2014) para uma discussão detalhada sobre o desenvolvimento teórico da curva de Rangel.

⁹ Ambas as variáveis são originalmente dessazonalizadas e podem ser acessadas nos seguintes links: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1419>> e <<http://www6.sistema-industria.org.br/gpc/externo/estatisticaAcessoSistemaExterno.faces>>, acesso em 15/4/2019.

fornecida em número-índice ($t - 1 = 100$), optou-se por utilizar a primeira diferença dessa variável ($uci_t - uci_{t-1}$) para facilitar a interpretação das estimativas. Assim, valores positivos estão associados com maior utilização da capacidade instalada e negativos, com menor utilização.

Não obstante, com o objetivo de mensurar os diferentes efeitos de momentos de redução ou de aumento do grau de ociosidade da indústria na taxa de inflação, calcularam-se duas variáveis *dummies*: (1) zero para valores negativos e um para positivos e (2) zero para valores positivos e um para negativos, para a variável uci_t . Ao multiplicar ambas as variáveis pelo grau de utilização da capacidade instalada em primeira diferença, obtêm-se duas variáveis adicionais $uci_{t(neg)}$ e $uci_{t(pos)}$. Ao introduzi-las em (4), tem-se uma especificação alternativa que permite identificar os efeitos de aumentos ou reduções do grau de utilização da capacidade na taxa de inflação separadamente:

$$p_t = b_3 uci_{t(pos)} + b_4 uci_{t(neg)} + b_2 p_{t-1} + e_t \quad (5)$$

Conforme a teoria rangeliana, espera-se que ambos os parâmetros, b_3 e b_4 , sejam negativos. Isto é, momentos de redução do grau de ociosidade da indústria estejam relacionados com menores taxas de inflação, ao passo que momentos de aumentos do grau de ociosidade da indústria estejam relacionados com maiores taxas de inflação.

Os resultados das estimativas econométricas são apresentados na Tabela 1, a seguir. Apresentam-se os modelos que se adequaram aos testes econométricos de correlação serial (Durbin-Watson h). Caso a estimativa tenha rejeitado a hipótese nula de correlação serial do teste Durbin-Watson h , ela foi reestimada utilizando a matriz Newey-West robusta à autocorrelação serial de primeira ordem.

A coluna (1) mostra que o parâmetro da variável taxa de inflação defasada é positiva e estatisticamente significativa no nível de 1% de significância. Esse resultado permanece válido para todas as outras especificações. As colunas (2) e (3) mostram as estimativas da equação (4) considerando respectivamente o grau de utilização da capacidade em t e em $t - 1$, para assegurar que a causalidade é do grau de utilização para a taxa de inflação. Em ambas as especificações, o parâmetro estimado é negativo como esperado, mas não é estatisticamente significativo.

As colunas (4) e (5) indicam as estimativas da equação (5) considerando

apenas a variável $uci_{(pos)}$ em t e em $t - 1$. A variável $uci_{(pos)}$ não é estatisticamente significativa em termos contemporâneos ou defasados. As colunas (6) e (7) mostram as estimativas considerando a variável $uci_{(neg)}$ em t e em $t - 1$. Ambas as variáveis são negativas e estatisticamente significativas no nível crítico de 1%. Esse resultado sugere que momentos de redução da utilização da capacidade instalada, ou de aumentos do grau de ociosidade da indústria, estão relacionados com aumentos da taxa de inflação. Reduções da ordem de 1% do grau de utilização da capacidade instalada aumentam a taxa de inflação mensal em aproximadamente 0,11%.

As colunas (8) e (9) introduzem as variáveis $uci_{(pos)}$ e $uci_{(neg)}$ nas equações estimadas respectivamente em t e em $t - 1$. Os resultados da coluna (8) apontam que tanto aumentos quanto reduções do grau de utilização da capacidade instalada, em termos contemporâneos, estão associados com maiores taxas de inflação. No entanto, os resultados da coluna (9) sugerem que apenas reduções do grau de utilização da capacidade instalada estão associadas a maiores taxas de inflação com a defasagem temporal de um período. Os resultados da coluna (9) são mais confiáveis porque a causalidade é do grau de utilização da capacidade instalada para a inflação. Assim, reduções da ordem de 1% do grau de utilização da capacidade instalada aumentam a taxa de inflação mensal em aproximadamente 0,13%.

As colunas (10) e (11) apresentam especificações alternativas que corroboram os resultados obtidos de que aumentos do grau de ociosidade da indústria estão associados com maiores taxas de inflação.

Em suma, o exercício econométrico desta seção corroborou a tese rangeliana de que o grau de ociosidade está relacionado com a taxa de inflação da economia brasileira entre 2004 e 2019. Desse modo, podemos considerar que o pensamento rangeliano segue pertinente para explicar a economia brasileira. Contudo, cabe ressaltar que o modelo econométrico aqui desenvolvido é bastante limitado uma vez que não se considerou uma série de variáveis explicativas da inflação. Trabalhos futuros devem considerar essas variáveis. A seção seguinte encerra o texto ilustrando como Rangel se encaixava um tanto desconfortavelmente em qualquer das escolas de pensamento em disputa sobre as causas e os mecanismos de propagação da inflação, utilizando os fechamentos estruturalista e monetarista de Lopes (1979).

Tabela 1 – Estimativas da curva de Rangel para a economia brasileira (2004–2019)

	(1) ^a	(2) ^a	(3) ^a	(4) ^a	(5) ^a	(6) ^a	(7)	(8)	(9)	(10) ^b	(11)
P _{t-1}	0,89*** (0,03)	0,89*** (0,03)	0,88*** (0,03)	0,84*** (0,04)	0,84*** (0,03)	0,84*** (0,04)	0,83*** (0,03)	0,77*** (0,04)	0,82*** (0,04)	0,85*** (0,04)	0,79*** (0,03)
uci _t		-0,01 (0,02)									
uci _{t-1}			-0,06 (0,04)								
uci _{t(pos)}				0,10 (0,06)				0,15*** (0,04)		0,10 (0,06)	
uci _{t-1(pos)}					-0,02 (0,05)				0,02 (0,05)	-0,01 (0,05)	
uci _{t(neg)}						-0,11*** (0,03)		-0,15*** (0,04)			-0,10*** (0,03)
uci _{t-1(neg)}							-0,12*** (0,04)		-0,13*** (0,04)		-0,11*** (0,04)
R ²							0,80	0,81	0,80		0,81
Teste F (prob > F)	não se aplica	301,02 (0,00)	332,29 (0,00)	306,87 (0,00)	312,43 (0,00)	349,64 (0,00)	371,51 (0,00)	264,29 (0,00)	246,71 (0,00)	207,59 (0,00)	159,20 (0,00)
Durbin-Watson h							-0,14*	-0,14*	-0,14*		-0,10

Observação: a variável dependente é o IPCA mensal originalmente desazonalizado pelo IBGE, ao passo que a variável uci é desazonalizada pela CNI. Testou-se a existência de raiz unitária em ambas as variáveis através dos testes ADF, Philip Perron e Clemente-Montañez-Rodríguez. Ambas as variáveis são I(0).

^a Modelo estimado utilizando matriz robusta Newey-West à correlação residual de ordem (1). Cabe notar que o modelo foi estimado originalmente sem utilizar a matriz robusta Newey-West; mas, como o teste Durbin-Watson h apontou a existência de correlação serial dos resíduos, utilizou-se essa opção a fim de corrigir esse problema (essa opção não apresenta R²).

* Significante no nível de 10%.

** Significante no nível de 5%.

*** Significante no nível de 1%.

5. Considerações finais sobre a teoria rangeliana da inflação

Em um texto pouco conhecido, Lopes (1979) faz uma resenha sobre as teorias de inflação ao final da década de 1970. O autor apresenta uma reformulação matemática das teorias estruturalistas da inflação. Ele primeiro introduz os lados da controvérsia estruturalista-monetarista de acordo com uma formalização simples. Admitamos que uma economia pode ser representada por um conjunto de parâmetros e vetores variáveis em um sistema de equações na seguinte forma funcional:

$$F(\hat{p}, u, \varepsilon, \Delta) = 0, \quad (6)$$

onde, em ordem de aparecimento, temos a taxa de inflação \hat{p} , o nível de utilização da capacidade u , um vetor de parâmetros denotando a “estrutura da economia” ε e um vetor de parâmetros políticos Δ . A diferença entre uma abordagem monetarista e estruturalista resume-se a como o modelo é resolvido.

Em uma versão monetarista, a taxa de inflação é determinada por um vetor de parâmetros de política Δ e há um número finito de estruturas econômicas e produtivas ε consistentes com o nível de utilização da capacidade u_0 , ou

$$\hat{p} = h(\Delta, u_0); \quad u_0 = g(\varepsilon) \quad (7)$$

Isso significa que a estrutura da economia permitiria um nível de utilização da capacidade instalada decorrente da demanda por (e da oferta de) bens e serviços. A inflação resultaria, a partir das primeiras condições, de uma opção de política econômica, isto é, acomodar ou não, via variações da oferta monetária, eventuais excessos de pressão sobre os recursos da economia. Fica explícito aqui o foco da abordagem monetarista em questões de curto prazo, em que não há espaço para se analisar a evolução da estrutura produtiva, um tema restrito ao campo do desenvolvimento e do crescimento econômicos.

Por outro lado, o fechamento estruturalista do modelo sustenta alternativamente que a inflação é determinada pela estrutura da economia ε , a qual tem um número ilimitado de configurações que são compatíveis

com o nível de utilização u_0 , desde que os parâmetros da política sejam adequadamente calibrados; formalmente tem-se

$$\hat{p} = h(\varepsilon, u_0); u_0 = g(\Delta) \quad (8)$$

Com efeito, a estrutura da economia e as opções de política econômica afetam a taxa de utilização da capacidade instalada; esta por sua vez afetará adversamente a taxa de inflação, a depender dos movimentos da estrutura produtiva. Esta última não pode, portanto, ser tomada como uma variável exógena, uma vez que ela se transforma ao longo do processo de desenvolvimento das forças produtivas da economia, sendo afetada pela própria inflação e pela política econômica. Essas relações de endogeneidade entre o desenvolvimento da estrutura produtiva e a inflação já se encontravam presentes nos primeiros escritos cepalinos (ver Lopes, 1979, p. 10-11; Apriglio; Carvalho, 2018).

Lopes faz uma descrição cuidadosa da tradição estruturalista latino-americana e reafirma as conclusões de Sunkel (1958) e Olivera (1964, 1967), fornecendo uma emenda de aceleração ao modelo para torná-lo compatível com a visão monetarista. Ao fazê-lo, revela uma das principais contribuições de Rangel à teoria da inflação, a saber: o comportamento defensivo da taxa de lucro. No esquema ilustrativo de Lopes, o parâmetro que “representa o efeito das variações espontâneas da margem de lucro” é considerado “normalmente nulo” (Lopes, 1979, p. 13). Uma vez delineadas as diferenças analíticas entre tradições, Lopes oferece uma interpretação controversa do modelo de realimentação inflacionária de Simonsen (1970), em que se deduz uma relação de longo prazo entre a inflação e o nível de utilização da capacidade, constituindo-se uma curva Phillips de longo prazo não vertical. Ou seja, mesmo no longo prazo, haveria possibilidade de se expandir o uso da capacidade instalada, ainda que à custa de alguma aceleração inflacionária.

O cerne da idiosincrasia de Lopes é que uma versão monetarista da curva de Phillips é definida no nível de pleno emprego com um sistema de preços que se ajusta livremente, enquanto a especificação de Simonsen transforma o modelo em um *trade-off* de inflação crescente, o que sugere que as flutuações da demanda podem afetar o crescimento a longo prazo. A abordagem rangeliana da inflação compartilha deste entendimento longo-prazista da dinâmica inflacionária.

Todavia, Rangel apresenta mecanismos particulares de geração e propagação que distinguem sua análise da própria abordagem estruturalista, a qual atribuía as causas primárias da inflação à rigidez de oferta agrícola. Rangel situa a principal força propulsora da inflação na “estrutura oligopsonista-oligopolista da comercialização de gêneros alimentícios” (Rangel, 1962, p. 13). Supõe, sem demonstrar, uma “virtual rigidez da demanda de gêneros agrícolas, especialmente alimentícios, e uma grande elasticidade da oferta agrícola” (Rangel, 1962, p. 13). A combinação de baixa elasticidade-renda da demanda por esses gêneros com a responsiva produção agrícola implicaria a criação de “condições propícias à manipulação da oferta [...] no sentido de obrigar o consumidor a aceitar uma alta de preços” (Rangel, 1962, p. 13). Essa operação comercial inflacionária atuaria no sentido de gerar fundos internos às firmas, em particular em momentos de recessão. Com efeito, dá-se a formação de poupança para a posterior inversão em bens de capital, dinamizando, portanto, a economia pela via inflacionária.

Desse modo, a “crônica deficiência da demanda” institucionaliza “o mecanismo gerador da inflação”, consolidando uma relação positiva entre o aumento da propensão a poupar e a taxa de inflação. A política monetária – via expansão monetária – teria aqui o papel de sancionar tais pressões altistas de preço. A negativa em fazê-lo poderia colocar a economia numa rota cumulativa de recessão, com efeitos danosos em termos sociais e políticos, motivo pelo qual o governo evitava imprimir crises de estabilização duradouras, optando pela acomodação monetária do conflito distributivo (Simonsen, 1964).

A avaliação de Lopes (1979) é equilibrada, mas se vê limitada por uma incompatibilidade analítica crucial com a abordagem rangeliana. A visão de Rangel sobre a inflação envolve mais do que um problema de política monetária ou de estabilização dos preços (o foco central da análise de Lopes); trata-se de um processo complexo de ajustamentos defensivos não mecânicos da parte dos agentes econômicos – seja em situações de expansão, seja nos momentos de recessão – ao longo da trajetória de desenvolvimento econômico. Nesse tocante, portanto, a abordagem rangeliana se aproxima mais dos escritos de Aujac (1950) do que da abordagem de Tobin (1969), como insinua Lopes (1979, p. 14-17).

Aujac apresentou um esquema analítico que explica a inflação como a inconsistência entre as demandas monetárias individuais e a disponibi-

lidade de recursos reais da economia, por meio de um esquema que mostrava a inter-relação entre os “balanços monetários” das unidades econômicas. O poder econômico diferencial entre os agentes permitiria a estes transferir o ônus dos ajustes reais de renda, de sorte a defender (e até mesmo avançar na) sua posição na luta distributiva. No esquema de Aujac, Rangel salientou o poder dos monopólios e oligopólios da distribuição comercial. Dada essa particularidade metodológica, a leitura de Bresser-Pereira (2010) parece captar a essência do argumento de forma mais adequada aos propósitos de Rangel.

Bresser-Pereira argumenta que, no livro *A inflação brasileira*, Rangel partia da ideia de que a inflação se originava da oferta rígida de certos bens, mas salientava que a inflação atuava de forma mais geral, isto é, como um mecanismo de defesa da economia contra as transferências de renda que emergiam da dança dos preços relativos. Mais do que isso, a inflação se constituía numa forma de moderação dos ciclos econômicos por meio da manutenção de uma elevada taxa de investimentos. Em contraste com o foco nos aspectos relacionados à demanda agregada das abordagens convencional e estruturalista da época, Rangel dava ênfase ao lado da oferta, sublinhando como o poder monopolista das empresas lhes permitia, em face de crises ou ameaças de crise, proteger sua taxa de lucro através do aumento administrado dos preços.

O resultado foi a demarcação de um padrão cíclico posteriormente conhecido como a “curva de Rangel”. Invertia-se, a médio prazo, a relação positiva entre crescimento e inflação (ou relação inversa, entre desemprego e inflação, a famosa curva de Phillips), a saber: a recessão forçava uma reação defensiva por parte dos agentes, que observavam suas rendas reais diminuírem, de forma a acomodar suas demandas sobre a renda nacional. Rangel defendia, portanto, que a inflação seria essencialmente um mecanismo de defesa da economia contra a própria crise. Aceitava que, no curto prazo, o excesso de demanda poderia provocar inflação; em um prazo mais longo, todavia, a taxa de inflação resultaria da incapacidade de a economia disciplinar o conflito distributivo entre os grupos sociais, invertendo a relação. Mostrou-se empiricamente que a relação da curva de Rangel é válida para a economia brasileira para o período entre 2004 e 2019.

Rangel apresentava, assim, “uma especificidade das situações de alta inflação de médio prazo em economias subdesenvolvidas sujeitas a crises

de balanço de pagamentos que a teoria econômica convencional, fosse ela monetarista ou keynesiana, não explicava” (Bresser-Pereira, 2010, p. 170). Mais do que isso, Rangel ofereceu uma importante contribuição sobre as relações entre a inflação e a dinâmica monetária, ao postular que a oferta de moeda era passiva, isto é, ajustava-se ao ritmo da escalada da inflação, em vez de explicar esta última. Em suma, a inflação induzia o aumento da oferta monetária. A hipótese da moeda endógena é certamente um importante elemento rangeliano, que aparecia apenas de forma implícita em autores clássicos como Knut Wicksell, J. M. Keynes, Joseph Schumpeter e Joan Robinson, muito embora já fizesse parte de toda uma mudança de pensamento nas décadas de 1950 e 1960, com Kalecki (1954), Noyola (1956), Olivera (1960, 1964, 1967), Simonsen (1964).

A análise das contribuições de Ignácio Rangel à compreensão da questão inflacionária nos permite entrever a originalidade do seu pensamento sobre a formação e o desenvolvimento da história econômica do Brasil. Rangel buscou apreciar a economia brasileira em sua totalidade, a qual se insere no plano mais amplo do desenvolvimento do capitalismo mundial e, internamente, na dinâmica mais detalhada dos conflitos entre grupos sociais com acesso diferencial a recursos de poder, seja no âmbito de mercados com concorrência imperfeita, seja no controle da política econômica. Mais do que uma mecânica analítica, Rangel buscou evidenciar elos econômicos por meio de uma abordagem dialética que lhe permitiu entrever o processo de transformação econômica e seus efeitos de ajustamento sobre o sistema econômico, tornando a inflação um subproduto inevitável da marcha do desenvolvimento econômico.

Referências bibliográficas

- APRIGIO, Pedro Luiz; CARVALHO, André Roncaglia de. Estabilidade monetária e CEPAL: a heterogeneidade do pensamento estruturalista latino-americano. *Brazilian Journal of Political Economy*, 38 (1), p. 28-47, 2018. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.1590/0101-31572018v38n01a02>>. Acesso em 1^a/6/2018.
- AUJAC, Henri. Inflation as the monetary consequence of the behaviour of social groups: a working hypothesis. *International Economic Papers*, n. 4 (originally published in French in *Economie Appliquée*, Apr.-June 1950).
- BAER, Werner. The inflation controversy in Latin America: a survey. *Latin American Research Review*, v. 2, n. 2, p. 3-25, Spring 1967.

- BAER, Werner; KERSTENETZKY, Isaac (eds.). *Inflation and growth in Latin America*. New Haven: The Economic Growth Center – Yale, 1964.
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld Monteiro. *Price stabilization in Brazil: a classical interpretation for an indexed nominal interest rate economy*. New York: New School of Social Research, Mar. 2002 (PhD Thesis).
- BERNSTEIN, E. M.; PATEL, I. Inflation in relation to economic development. *Staff Papers*, 2, p. 363–398, 1952.
- BIANCHI, Ana Maria. Albert O. Hirschman and the structuralist–monetarist debate in Latin America. *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, v. 34B, p. 101–122, 2016.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.
- BOIANOVSKY, Mauro. Celso Furtado and the structuralist–monetarist debate on economic stabilization in Latin America. *History of Political Economy*. Duke University Press, v. 44, n. 2, p. 277–330, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A descoberta da inflação inercial. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 167–192, jan.–abr. 2010. Disponível em <<https://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482010000100008>>. Acesso em 10/6/2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Ignácio Rangel, 100 anos. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 4 (137), p. 523–526, 2014.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; NAKANO, Y. Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 1, p. 5–22, 1984.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, M. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel revisitado. In: HOLANDA, Felipe Macedo de; ALMADA, Jhonatan Uelson Pereira Sousa de; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de (orgs.). *Ignácio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: Editora da UFMA, 2014.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Two views on inflation in Latin America. In: HIRSCHMAN, Albert O. (ed.). *Latin American issues: essays and comments*. New York: The Twentieth Century Fund, 1962, p. 69–79.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. Desarrollo económico y inflación: el caso especial de América Latina. *Proceso inflacionario y el caso de América Latina*. V. I. Ciudad de México: Centro de Estudios Monetarios Latinoamericanos, 1965, p. 1–2.
- CARVALHO, André Roncaglia. A second-generation structuralist transformation problem: the rise of the inertial inflation hypothesis. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 41, n. 1, 2019.
- CASTRO, M. H. M. Nosso mestre Ignácio Rangel. In: RANGEL Ignácio. *Obras reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- CASTRO, M. H. M.; BIELSCHOWSKY, R.; BENJAMIN, C. Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 4, p. 527–543, 2014.
- CRAVEN, C. A transformation problem: monetarism to structuralism in the economic commission for Latin America. *History of Political Economy*, v. 26, n. 1, p. 1–19, 1994.

- CRUZ, P. R. D. C. *Ignácio Rangel, um pioneiro – o debate econômico dos anos sessenta*. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1980 (Dissertação de Mestrado).
- FÉLIX, D. Otro enfoque de la controversia “monetarista” versus “estructuralista”. In: HIRSCHMAN, A. (ed.). *Controversia sobre Latinoamérica: ensayos y comentarios*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1963, p. 123-142.
- FRIEDMAN, Milton. *Inflation: causes and consequences*. New York: Asia Publishing House, 1963.
- FURTADO, Celso. *A economia brasileira*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.
- GRUNWALD, J. La escuela “estructuralista”. Estabilización de precios y desarrollo económico. El caso chileno. In: HIRSCHMAN, A. (ed.). *Controversia sobre Latinoamérica: ensayos y comentarios*. Buenos Aires: Editorial del Instituto, 1963, p. 143-183.
- GUDIN, Eugênio. Inflation in Latin America. In: HAGUE, D. C. (ed.). *Inflation*. London: Macmillan, 1962, p. 342-358.
- HIRSCHMAN, Albert O. *Latin American issues: essays and comments*. New York: The Twentieth Century Fund, 1962.
- JABBOUR, E. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignacio Rangel. *Economia e Sociedade*, v. 26, n. 3 (61), p. 561-583, dez. 2017.
- KALECKI, Michal. El problema del financiamiento del desarrollo económico. *El Trimestre Económico*, v. 21, n. 84 (4), p. 381-401, oct.-dic. 1954.
- LITTLE, Ian Malcolm David. *Economic development: theory, policy and international relations*. New York: Basic Books, 1982.
- LOPES, Francisco Lafaiete. Teoria e política da inflação brasileira: uma revisão crítica da literatura. In: SAYAD, João (org.). *Resenhas de economia brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1979, p. 1-44.
- MALTA, M. A categoria dualidade básica como uma interpretação do Brasil. In: HOLLANDA, Felipe Macedo de; ALMADA, Jhonatan Uelson Pereira Sousa de; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de (orgs.). *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: Editora da UFMA, 2014.
- MITIDIERI, T. Ignacio Rangel e o problema da inflação na macroeconomia brasileira da industrialização. In: HOLLANDA, Felipe Macedo de; ALMADA, Jhonatan Uelson Pereira Sousa de; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de (orgs.). *Ignacio Rangel, decifrador do Brasil*. São Luís: Editora da UFMA, 2014.
- MODENESI, A. *Regimes monetários, teoria e a experiência do real*. Barueri: Manole, 2005.
- MORENO, O.; MODENESI, A. A curva de Rangel: origem, desenvolvimento e a formalização de Bresser-Pereira e Nakano. *Revista de Economia Política*, v. 34, n. 34 (137), p. 565-586, 2014.
- NOGUEIRA, F. *A interpretação de Ignácio Rangel e o Brasil do “milagre” e “antimilagre” econômico*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017 (Tese de Doutorado).
- NOYOLA, J. F.V. El desarrollo económico y la inflación en México y otros países latinoamericanos. *Investigación Económica*, v. 16, p. 603-648, 1956.
- OLIVERA, Julio H. La teoría no monetaria de la inflación. *El Trimestre Económico*, v. 27, p. 616-628, 1960.

- OLIVERA, Julio H. On structural inflation and Latin American “structuralism”. *Oxford Economic Papers*, v. 16, p. 321-332, 1964.
- OLIVERA, Julio H. Aspectos dinámicos de la inflación estructural. *Desarrollo Económico*, v. 7, p. 261-266, 1967.
- PAZOS, Felipe. Notas para un estudio de la espiral inflacionaria. *El Trimestre Económico*, v. 30, 1963.
- PEDRÃO, F. Ignácio Rangel. *Estudos Avançados*, v. 15, n. 41, 2001.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, p. 47-109, 1949.
- RANGEL, Ignácio M. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1962.
- RANGEL, Ignácio M. Recessão, inflação e dívida externa. *Revista de Economia Política*, 5 (3), p. 5-25, 1985.
- SIMONSEN, M. H. *A experiência inflacionária no Brasil*. Rio de Janeiro: Estudo IPES-GB, 1964.
- SIMONSEN, M. H. *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro: APEC, 1970.
- SIMONSEN, M. H. *30 anos de indexação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1995.
- SUNKEL, Osvaldo. La inflación chilena: un enfoque heterodoxo. *El Trimestre Económico*, v. 25 (4), n. 100, oct.-dic. 1958.
- TOBIN, J. A general equilibrium approach to monetary theory. *Journal of Money, Credit and Banking*, v. 1, n. 1, p. 15-29, 1969.